

Vestígios da Segunda Guerra Mundial nas Praias Sergipanas: Reflexões Arqueológicas*

Remains Of Second World War on Sergipe's beaches: archaeological reflections

Roberta da Silva Rosa

Doutoranda em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe (PROARQ/UFS). Integra o Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS) e o Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos (LAAA/UFS).

Gilson Rambelli

Doutor em Arqueologia pelo MAE-USP (2003). Professor do Departamento de Arqueologia (Darq) e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (Proarq) da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista de Produtividade do CNPq. Co-coordenador do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos/UFS.

RESUMO

Em agosto de 1942, embarcações mercantes brasileiras foram torpedeadas pelo Submarino alemão U-boat 507, no litoral sergipano, provocando mais de 500 (quinhentas) mortes e concebendo um dos estopins que levaram o Brasil a participar efetivamente da Segunda Guerra Mundial. O presente artigo pretende lançar um olhar da Arqueologia, mesmo que indiretamente em alguns casos, sobre a cultura material remanescente destes episódios, como os Cemitérios dos Náufragos, as fotografias do Arquivo Público do Estado de Sergipe e os jornais locais.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Segunda Guerra Mundial; Sergipe

ABSTRACT

In August 1942, Brazilian merchant ships were torpedoed by the German submarine U-boat 507, off the coast of Sergipe, causing more than 500 (five hundred) deaths that justified Brazil's participation in the Second World War. This article intends to take a look at Archeology, even if indirectly in some cases, on the material culture remaining from these episodes, such as the Cemeteries of the Castaways, the iconographic sources of the State of Sergipe Public Archive, and the local newspapers.

KEYWORDS: Archeology; Second World War; Sergipe

INTRODUÇÃO

Para o senso comum a Arqueologia é a ciência que estuda os objetos de um passado distante, por meio de escavações. Todavia, cabe ressaltar que esta área do conhecimento não é um sinônimo de escavações e tampouco aborda somente temas antigos. A Arqueologia também trata de questões cada vez mais atuais, voltadas para os mais complexos temas do passado recente. Logo, o objetivo dela não é escavar coisas para colocá-las em exposições de museus, como uma mera técnica ilustrativa da História (RAMBELLI,

*Artigo recebido em 2 de agosto de 2020 e aprovado para publicação em 16 de outubro de 2020.

Navegador: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 32, p. 137-151 – 2020.

2016). Ela busca, em sua análise e reflexão, compreender por meio do “estudo da cultura material [...] as relações sociais e as transformações ocorridas na sociedade” (FUNARI, 2006, p. 15).

Incluir a reflexão arqueológica nos estudos deste período histórico recente, relativo à II Grande Guerra, nos leva a lançar um olhar sobre a cultura material remanescente desta época e, a partir dela, tentar conhecer um pouco mais sobre as histórias esquecidas e ignoradas das pessoas que, muitas vezes, não foram contempladas pela História Oficial.

Dessa forma, o presente artigo pretende lançar um olhar arqueológico sobre a cultura material relacionada aos torpedeamentos realizados pelo Submarino alemão *U-boat 507* contra os navios mercantes brasileiros, *Baependi*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*, em agosto de 1942. A materialização desses episódios bélicos, no litoral sergipano, inclui os navios afundados e seus destroços, que ainda não foram localizados, alguns corpos e objetos das vítimas e dois cemitérios.

Antes de começarmos a desenvolver nossa análise, cabe ressaltar que a capital sergipana nunca foi uma cidade marítima, propriamente dita, como outras capitais nordestinas. Aracaju passou a ser a nova sede da capital em 1855, e se caracterizou historicamente, em sua consolidação, por agregar populações oriundas do interior sergipano. Ou seja, por moradores que estavam muito mais familiarizados com o ambiente fluvial, bastante presente na cidade que é banhada por diferentes rios, do que com o ambiente marítimo. Logo, as praias da capital, assim como todo litoral sergipano, que foram receptores dos vestígios da guerra, eram lugares ermos que permitiriam, certamente, a presença visível dos inimigos – os *U-boats* –, sem causarem grandes alardes às pequenas comunidades de pescadores.

O uso social das praias marítimas para o lazer sofreu, certamente, as repercussões desses episódios bélicos, que deixaram marcas no inconsciente coletivo da população local, que já não tinha muita afinidade com o mar. Pois, este território continuou a ser por muitos anos pós-guerra um lugar pertencente às comunidades do mar. A ocupação urbana de Aracaju confirma bem isto. Mas este tema merece um outro capítulo.

“A NOVIDADE VEIO DAR À PRAIA”

Diferente da bela canção “A Novidade”, de autoria de Gilberto Gil, Bi Ribeiro, Herbert Vianna e João Barone, esta novidade que veio dar à praia em Sergipe não trouxe nenhuma sereia, e sim a informação que algo havia acontecido em alto-mar. De acordo com as fontes documentais da época, as primeiras notícias sobre a tragédia naval foram trazidas pelos pilotos do Aeroclub de Sergipe, que cooperaram com a missão de busca do navio *Aníbal Benévolo* a pedido da Capitania dos Portos de Sergipe. Os pilotos voaram pelo litoral sul do estado, a 60 quilômetros da costa, e representaram, simbolicamente, a cidade de Aracaju em busca do “navio sergipano”, como era conhecido o *Aníbal Benévolo* (CRUZ, 2012).

Durante as buscas, os aviadores perceberam que havia ocorrido algum naufrágio, devido às “esquisitas manchas” no mar e a imensa quantidade de destroços espalhados com pessoas nadando ao redor deles (CRUZ, 2012, p. 78). Eram os sobreviventes que ainda estavam em alto-mar, agarrados aos materiais flutuantes. Enquanto outros, estranhamente, eram avistados já na praia, como mostra a Figura 1, onde vemos um grupo de pessoas junto a um bote de sobrevivência usado nos navios da época, caracterizado como uma embarcação do tipo baleeira.



Figura 1 – Náufragos do navio *Baependi* chegando à praia em baleeira. Fonte: Agressão - Documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943

A respeito das baleeiras é importante ressaltar que, de acordo com os depoimentos de algumas vítimas publicados no jornal *Correio de Aracaju*, nos dias 18 e 21 de agosto de 1942, tanto os tripulantes como os passageiros do navio *Baependi* tiveram dificuldades em soltar os barcos salva-vidas (MAYNARD, 2019). Segundo Monteiro (2013), tal dificuldade ocorreu devido à recém-pintura que praticamente colou os nós dos botes, deixando-os presos ao navio, o qual afundou em minutos no meio da noite. De acordo com Gama e Martins (1985), o pânico e o desespero tomaram conta das pessoas diante daquela situação, dificultando, assim, o trabalho de salvamento por parte da tripulação.

Os ataques ocorreram no momento em que a maioria já estava dormindo. Por isso, muitos passageiros e tripulantes não tiveram tempo de lutar pela própria vida, em minutos, foram arrastados juntamente com as embarcações para o fundo do mar. Os poucos que conseguiram sair dos navios nadaram sem cessar à procura de algo que flutuasse, para se apoiarem. Nessa tentativa de salvarem-se, alguns se abrigaram nas poucas baleeiras existentes, enquanto outros se agarraram aos restos das embarcações (CRUZ, 2012, 2017; PORTO, 2013; MONTEIRO, 2013; ROSA, 2015, MAYNARD, 2019).

Com base nos depoimentos dos sobreviventes, inicialmente, pensou-se que

os naufrágios tinham ocorrido de maneira acidental. No entanto, à medida que o tempo foi passando, outros sobreviventes foram sendo encontrados, não só os do navio *Anibal Benévolo*, mas também do *Baependi* e do *Araraquara*. Foram, inclusive, os depoimentos dos naufragos desta última embarcação que informaram sobre o torpedeamento, afirmando que a agressão ocorreu diante do “clarão de Aracaju” (CRUZ, 2012, p. 81).

Foi no retorno dos pilotos do Aeroclube a Aracaju que eles avistaram vários corpos e destroços chegando às praias. Segundo Cruz (2012, p. 78), a imagem era assustadora como “um quadro dantesco e de horripilante dramaticidade”. Em caráter de urgência, eles levaram as notícias alarmantes para as autoridades sergipanas (CRUZ, 2012). A dimensão da tragédia ocorrida pode ser percebida por meio dos registros iconográficos disponibilizados no Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Conforme Cruz (2012, p. 146), o material advindo dos navios torpedeados que chegaram ao litoral sergipano foi chamado de “salvados” ou “malafogados”, isto é, “aquilo que não se afogou completamente”, como, por exemplo, objetos pessoais das vítimas, caixotes, mercadorias avariadas, destroços dos navios, entre outros, os quais foram, inclusive, apropriados pela população local e até comercializados por pescadores da região.

Todavia, tais atitudes de parte da população contrariavam as normas impostas pelas autoridades da época. Afinal, de acordo com a publicação do Edital de Normas da Capitania dos Portos de Sergipe, do dia 6 de outubro de 1942, todo o material advindo da tragédia deveria, por determinação, ser recolhido e encaminhado à Capitania dos Portos ou ao 28º Batalhão dos Caçadores (CRUZ; ARAS, 2012).

Contudo, segundo Cruz (2012), as ações de apropriações dos “malafogados”

não foram interpretadas como ilegais pelo jornal *Correio de Aracaju*¹, mas sim como uma maneira de amenizar a situação de pobreza de parte da população. Diante disso, Cruz (2012, p. 159) considera que “no meio social [...] os rastros navais continuaram a flutuar de mão em mão, ajudando a compor os lares locais” e sendo “ressignificados pela população local”.

Entretanto, há outra história que se sobressai nestas apropriações dos “malafogados”, e que virou caso de justiça, que é a de Horácio Nelson Bittencourt, mais conhecido como Nelson de Rubina, filho do proprietário do antigo Hotel Rubina, localizado no centro de Aracaju. Que aponta para outros segmentos sociais se aproveitando daquela situação nas praias. De acordo com Belarmino (2012), Nelson fazia parte da alta sociedade sergipana e conforme o documento oficial de apelação criminal, no dia 18 de agosto de 1942, ele fretou um automóvel de praça, junto com alguns amigos, para visualizar de perto a tragédia. No entanto, o motivo da ida deles até a praia não foi a curiosidade ou a compaixão, mas sim a intenção de furtarem objetos pessoais de valor que ainda estavam junto aos corpos das vítimas (BELARMINO, 2012).

Segundo o documento oficial, Nelson de Rubina se apoderou de “[...] dois anéis de brilhante e uma aliança, retirados do cadáver de uma senhora [...]” (BELARMINO, 2012, p. 65). Posteriormente, a vítima foi identificada como D. Virgília Auto de Andrade, passageira do navio *Araraquara* e esposa do Procurador do Tribunal de Segurança Nacional. De acordo com a apelação criminal, Nelson foi preso por ter furtado e vendido as joias, sendo seu ato considerado como um grave desvio de conduta ao praticar esse crime “[...] ‘bizarro’ [...] a um cadáver que deveria honrar e respeitar, [...] sinal de educação e de acertado patriotismo [...] diante da mais torpe

ignominiosa afronta lançada contra a soberania nacional”.²

Cabe destacar, que este acontecimento só teve toda esta repercussão e destaque devido ao fato do responsável por este ato criminoso ser uma pessoa conhecida na sociedade aracajuana e, principalmente, por ter furtado os anéis do corpo da esposa de um alto funcionário do governo federal. O advogado de Nelson Rubina não conseguindo “[...] encontrar espaço para rejeitar os fatos, admitiu a ação, porém trabalhou em sua interpretação afirmando não se tratar de roubo e vilipêndio, mas tão somente apropriação indébita. Admitiu o crime, mas buscou amenizar seus efeitos” (BELARMINO, 2012, p. 92).

Segundo Cruz (2012), perante a cultura dos “malafogados” e também dos furtos aos objetos dos corpos, criou-se uma tensão entre as autoridades militares e os civis, que acabou transformando as praias sergipanas em uma Zona de Segurança Nacional, ficando proibida temporariamente para a livre circulação.

Diante disso, podemos afirmar que a presença dos corpos, destroços e “malafogados” resultantes dos atos belicosos, em território nacional, representaram as evidências materiais concretas de que o conflito internacional havia chegado ao Brasil. E as praias de Sergipe se tornaram o cenário desta Grande Guerra.

QUE FIM LEVARAM OS NAVIOS TORPEDEADOS?

Esses torpedeamentos ocorridos no litoral sergipano chegaram a ser comparados, na época, com o caso do navio de guerra da Marinha dos Estados Unidos: o *USS Arizona* (BB-39), afundado em 7 de dezembro de 1941, em Pearl Harbor, no Havaí, durante os ataques das forças japonesas à base naval norte-americana, no Pacífico. Pois, ambos os acontecimentos

oficializaram, em momentos diferentes, a entrada dos dois países na Segunda Guerra Mundial. O jornal *Correio de Aracaju*, em 1º de setembro de 1942, fez a seguinte afirmação: “A guerra chegou, materialmente, ao Brasil [...]. Não nos iludamos, pois o nosso ‘Pearl Harbor’ aí está, com todas as suas consequências” (1942, p. 2).

E como o *USS Arizona*, em que “mais de 900 corpos das vítimas permanecem juntos aos restos do navio, que é considerado o túmulo [...] para as suas vítimas” (PORTO, 2013, p. 104). Os navios torpedeados em Sergipe também afundaram com passageiros e tripulantes a bordo, ainda presos em seus compartimentos. Logo, eles deixam de ser compreendidos como sítios arqueológicos formados por restos de embarcações naufragadas: sítios de naufrágios (RAMBELLI, 2002) passam a ser considerados como sepulturas de guerra. Os vestígios das embarcações se oficializam como os locais do descanso final para as vítimas. Segundo Porto (2013, p. 92), esses sítios arqueológicos referentes à guerra:

representam sepulturas de irmãos de armas, amigos, pais, avós e ficarão para sempre guardados nas memórias dos que perderam entes queridos, sendo este um fator muito importante para a Arqueologia como forma de preservação dos patrimônios culturais da humanidade que estes sítios representam.

Os destroços do Encouraçado *USS Arizona* foram transformados em um Memorial dedicado aos tripulantes mortos durante os bombardeamentos. Este local de homenagem às vítimas é frequentado, na atualidade, por milhares de pessoas interessadas em conhecer melhor o incidente que arrastou os Estados Unidos para o grande conflito mundial.

O *USS Arizona* Memorial foi construído sobre o próprio sítio arqueológico,

como um monumento que exalta a memória dos oficiais e tripulantes que perderam suas vidas durante os ataques a Pearl Harbor. Ele é considerado um sítio arqueológico submerso inviolável, pois a entrada de mergulhadores em seu interior é proibida. Logo, se conhece pouco sobre o seu interior. Os esforços dos arqueólogos e conservadores do Centro de Pesquisas Submersas do *National Park Service* buscam garantir a preservação do sítio de naufrágio, monumento para as gerações futuras.

Até o presente momento, os sítios arqueológicos formados pelos restos dos navios torpedeados no litoral sergipano não foram oficialmente encontrados. Desconhecemos as informações de que já tenham sido pilhados por mergulhadores aventureiros. Por falta de financiamentos específicos para a realização de tais levantamentos, o Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos da Universidade Federal de Sergipe (LAAA-UFS) espera pela oportunidade em que as autoridades brasileiras se interessem pelas possibilidades desses sítios serem estudados sistematicamente pela Arqueologia Subaquática. Por ora, as possíveis localizações desses vestígios foram feitas por estimativas em cartas náuticas, tomando como base a documentação textual e as fontes orais.

Conforme os dados obtidos por Porto (2013), os restos do navio *Aníbal Benévolo* estão possivelmente a uma profundidade média de 20 metros, enquanto os do navio *Araraquara* estão entre 30 e 40 metros. Ou seja, são sítios arqueológicos acessíveis para a realização de estudos sistemáticos *in situ* por arqueólogos mergulhadores. Já o sítio arqueológico do naufrágio do *Baependi* pode estar localizado a mais de 2.000 metros de profundidade. O que impossibilita a presença física dos arqueólogos. Seu estudo estaria associado ao emprego de alta tecnologia.

Somente após a localização desses sítios e a realização de uma análise sistemática dos mesmos que poderemos planejar o futuro desses naufrágios. Até mesmo para categorizá-los enquanto monumentos aos mortos de guerra. Como desconhecemos o estado de conservação em que se encontram, fica difícil qualquer argumentação sobre os procedimentos a serem adotados. Pois, diferente do *USS Arizona*, os contextos dos afundamentos foram distintos e, provavelmente, a conservação dos mesmos também.

CORPOS DAS VÍTIMAS À BEIRA-MAR: A ARQUEOLOGIA E OS BIOFATOS

Para a Arqueologia, os restos mortais ou vestígios humanos também são importantes. Muitas séries atuais de TVs ilustram este tipo de estudos realizados, sobretudo, pela perícia científica em cenas onde aconteceram mortes acidentais, que carecem de um esclarecimento sobre o fato ocorrido. Esta abordagem é conhecida como Antropologia Forense. Para os arqueólogos que atuam com estas evidências, denominadas de biofatos, este tipo de estudos permitem, quando realizados sistematicamente, a obtenção de possíveis informações sobre a história dos corpos daquelas pessoas, independentemente da questão temporal.

E, assim como os sítios de naufrágios, por não termos atuado diretamente com os biofatos, a abordagem apresentada foi feita de maneira indireta, por meio da análise dos registros iconográficos e dos relatórios da perícia da época. Ressaltando que esses estudos foram realizados com o objetivo de lançar um olhar da Arqueologia sobre essas fontes.

De acordo com as informações presentes nos relatórios oficiais da perícia, disponibilizados no Arquivo Público do Estado de Sergipe, algumas vítimas conseguiram ser identificadas por meio das

características físicas (sexo, idade, dentição, unhas, cor da pele e cor do cabelo) e dos objetos pessoais (vestimentas, adornos, documentação), tendo assim seus nomes revelados nas listas de passageiros e tripulantes, como no caso das joias relatadas anteriormente. Todavia, parte das vítimas não foi reconhecida devido à ausência de vestígios materiais que as identificassem ou devido ao grau de putrefação de seus corpos.

Dentre as fontes iconográficas utilizadas, selecionamos três fotografias do Arquivo³ para serem interpretadas, que não apresentaremos aqui por entendermos serem desnecessárias tais exposições. Na primeira foto foi possível identificar “um indivíduo do sexo masculino, cor branca, vestindo calça e paletó azul-marinho, camisa de fantasia de quadro, sobre um pullover marrom com fecho-éclair, descalço, cabelos corredios pretos, dentadura suposta em parte, portador de faturas comerciais, recibos e um cartão de visita” (DOC. 55. Nº 4º. CAIXA Nº 02, 1943). O corpo da vítima estava em bom estado de conservação e preservava as vestimentas, que aparentava ser de um homem de negócios. Mas, o que facilitou a sua identificação foi o cartão de visita, encontrado junto a outros documentos, que revelava o seu nome: “Renato Cardoso de Mesquita, corretor comercial, com escritório à Rua do Livramento nº 72 – 1º andar- Recife”.

Na segunda fotografia, a vítima foi identificada como sendo “um indivíduo de cor branca, estatura mediana, robusto, cabelos pretos ligeiramente encanecidos, vestindo um pijama de zefir, alvadio e tendo ao peito um salva-vidas, boa dentadura, sólida, dentes iguais” (DOC. 55. Nº 9º. CAIXA Nº 02, 1943). Pela descrição nota-se que, no momento dos ataques navais, ele já estava com a roupa de dormir, o que confirma as informações sobre a ocorrência dos ataques entre o período da noite

e madrugada. Mesmo a vítima conseguindo usar um salva-vidas, não sobreviveu ao naufrágio. O corpo foi encontrado em bom estado de conservação, mas o que facilitou a sua identificação foi a descrição encontrada em sua vestimenta que informava se tratar do “sub-tte. Antônio Lins Cavalcante”.

Na terceira fotografia, identificamos o corpo de uma vítima “do sexo feminino, cor morena, cabelos castanhos corredios, vestindo blusa de fantasia com listas verticais verdes e vermelhas, saia de lã roxa; dentadura boa e bem tratada, unhas manicuradas e pintadas, idade presumível 20 a 25 anos. Usava combinação de seda cor rosa” (DOC. 55. Nº 11º. CAIXA Nº 02, 1943.). Por meio dessas características, podemos deduzir que esta mulher se destacava para os padrões econômicos da época, supostamente vaidosa, pois cuidava bem de suas unhas e tinha sua dentição bem tratada. Mesmo a vítima tendo o seu corpo em bom estado de conservação e preservado suas vestimentas, não teve o seu nome identificado na lista de passageiros.

A respeito das histórias e vivências destes brasileiros e brasileiras que perderam suas vidas em decorrência da guerra, não conhecemos suas trajetórias em vida, somente o fim que elas tiveram. Foram mais de 500 pessoas que perderam suas vidas no litoral sergipano em decorrência dos torpedeamentos provocados pelo *U-boat 507*, durante a Segunda Guerra Mundial.

Vários corpos foram encontrados junto aos destroços espalhados pelas praias de Atalaia, Mosqueiro, Caueira, e Saco⁴. Eram tantos mortos, que muitos tiveram que ser enterrados na praia mesmo, bem próximos da beira do mar, em um local que posteriormente passou a ser chamado de Cemitério dos Náufragos (CRUZ, 2012; PORTO, 2013, ROSA, 2015).

Na época, foram abertas inúmeras covas, tanto individuais, como coletivas,

identificadas com cruzes toscas e improvisadas, destinadas ao enterramento principalmente das pessoas que não foram identificadas devido ao grau de deterioração dos corpos (CRUZ, 2012). De acordo com a publicação do Diário Oficial do Estado de Sergipe, a Chefatura de Polícia ordenou que as sepulturas tivessem a seguinte inscrição: ‘vítima do Nazismo’⁵. Segundo Cruz, “pela primeira vez, centenas de brasileiros foram mortos em uma ação militar empreendida pela Alemanha Nazista na América do Sul” (2012, p. 131).

De acordo com o jornal *O Globo*, de 1942⁶, a paisagem cemiterial deveria ser entendida como um local de memória, que representaria um importante episódio histórico, neste caso, a agressão Eixista contra o Brasil.

Neste contexto, surgem alguns questionamentos com relação ao sepultamento das vítimas que não ficaram presas às estruturas dos navios e que foram dar às praias. E, para responder a essas questões, tomamos por base as informações disponíveis nos trabalhos de Mello e Cerqueira (2011, 2012). Pois, segundo estes autores, devido à grande quantidade de mortos, não havia espaço suficiente nos cemitérios locais da capital para abrir tantas covas e realizar os sepultamentos. Por isso, apenas os corpos que conseguiram ser identificados foram transportados para os cemitérios de Aracaju, como o Santa Izabel e o da Cruz Vermelha, este último chamado, na época, de Cemitério dos Cambuís. Já os corpos mais deteriorados – dilacerados pelos animais marinhos e mutilados pelas explosões das embarcações – eram enterrados na beira da praia mesmo, em um local chamado posteriormente de Cemitério dos Náufragos (MELLO; CERQUEIRA, 2011, 2012).

De acordo com Porto (2013), o cemitério que mais recebeu vítimas foi o da Cruz Vermelha. Nele foram abertas inúmeras

valas coletivas ao redor do muro por causa da falta de tempo para fazer covas individuais, afinal, chegavam vários caminhões da prefeitura carregados de cadáveres. Os jornais locais da época noticiavam com frequência a respeito dos cadáveres que eram encontrados nas praias, como a *Folha da Manhã* que, no dia 19 de agosto de 1942, lançou a seguinte nota: “Pairam sobre as praias de Sergipe vários cadáveres das vítimas inditas dos navios torpedeados. Até agora foram recolhidos 14 cadáveres, sendo 13 de adultos e 1 de uma criança. Estes cadáveres depois de passarem pelo serviço de identificação foram sepultados” (1942, p. 1).

Era fato. Não seria possível enterrar aquela quantidade de mortos recolhidos pelas praias sergipanas nos cemitérios da capital. Eles não conseguiriam atender à grande demanda. Por isso, foi necessário improvisar um cemitério na região da praia mesmo, bem em frente ao mar, de onde os corpos não paravam de chegar. Ainda conforme Mello e Cerqueira (2011, 2012), baseados em fontes orais, este “cemitério improvisado” já existia antes mesmo dos torpedeamentos acontecerem, ou seja, as autoridades apenas se aproveitaram do local. Ele era conhecido pela comunidade de pescadores como Cemitério dos “Manguinhos” ou “Campinhos”. E depois da tragédia ficou conhecido como “Cemitério dos Náufragos”. Inclusive, a rodovia construída posteriormente, paralela à praia de Atalaia, recebeu o nome de “Rodovia dos Náufragos” em homenagem aos brasileiros e brasileiras vítimas da guerra. Vale destacar, que esta rodovia é a mesma que dá acesso ao segundo Cemitério dos Náufragos que veremos a seguir.

ABORDAGENS ARQUEOLÓGICAS SOBRE A MORTE E SUA MATERIALIDADE

Antes de apresentar alguns dos resultados obtidos com as pesquisas de campo

realizadas nos dois Cemitérios dos Náufragos em 2015, durante a elaboração da dissertação de mestrado da autora, com orientação do coautor, intitulada: “Sergipe no Contexto da Segunda Guerra Mundial (1942): uma abordagem da Arqueologia de Ambientes Aquáticos” (ROSA, 2015), gostaríamos de discutir como a Arqueologia aborda os cemitérios enquanto objeto de estudo, e como eles podem ser compreendidos pela sua materialidade. Considerados como sendo fundamentais nas sociedades, os cemitérios as refletem em sua cultura material como um simbolismo da própria morte.

Independente da pluralidade de abordagens, os diferentes equipamentos cemiteriais congregam em si expressões materiais de conduta, tecnologias e valores das variadas sociedades que o construíram. Nesse sentido, uma abordagem da Arqueologia da Morte possibilita trazer não apenas informações sobre as condições de vida das pessoas antes da morte ou durante a morte, mas também sobre os cuidados que os grupos sociais têm com seus mortos. Sendo assim, nota-se que os costumes relacionados à morte podem se modificar com o tempo, de acordo com o contexto cultural e histórico de cada sociedade (ROSA, 2015).

O objetivo principal da pesquisa de mestrado, realizada em 2015, foi fazer comparações entre os equipamentos cemiteriais, buscando identificar diferenças e semelhanças em relação às estruturas materiais, bem como entender os significados simbólicos e a representatividade deles para a sociedade. Por fim, foi feita uma avaliação do tratamento oferecido pelas autoridades e o reconhecimento concedido pela população.

O primeiro cemitério de vítimas da Guerra “construído” (entre aspas, pois foi um aproveitamento de um cemitério já existente) em território nacional foi o

Cemitério dos Náufragos, em Sergipe, em 1942, devido à urgência da situação trágica mencionada anteriormente, em que centenas de corpos foram encontrados nas praias sergipanas.



Figura 2 – Sepultamento dos náufragos na praia de Aracaju - SE. Fonte: Agressão - Documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943

A Figura 2, publicada no livro *Agressão*, em 1943, pela Imprensa Nacional, demonstra um pouco a dimensão da tragédia. Vários corpos depositados diretamente na areia, sem nenhum tipo de tratamento ou cuidado especial, exceto pelo tipo de cova que demonstra ao menos a individualidade. Ou seja, não há caixões, roupas e flores. Nada que represente algum ritual cerimonial. Observamos apenas a pressa para enterrá-los, dado a magnitude do acontecimento. No entanto, vale destacar que esta imagem representa apenas uma parte do todo. Pois, de acordo com as fontes escritas, muitos corpos foram sepultados em covas coletivas.



Figuras 3 a 5 – Cemitério dos Náufragos da Aruana, Aracaju – SE. Sepultamento e placa que se referem a um ex-combatente. Fonte: Roberta Rosa, 2015

Ao compararmos a dimensão cimiterial física, resultante dos trabalhos de campo apresentados na dissertação da autora, com orientação do coautor, em 2015, com as informações da década de 1940, percebemos que hoje ele está consideravelmente menor. O cemitério sofreu alterações devido à construção da rodovia na década de 1950, a qual teria atravessado em parte seu interior, implicando assim sua modificação estrutural e dimensional e, conseqüentemente, na suposta retirada dos restos mortais das vítimas (ROSA, 2015). Ação que hoje não se repetiria, pois graças à Legislação para o Licenciamento Ambiental, dos anos 1980, seria exigida uma intervenção arqueológica sistemática no local, para a liberação da área.

Os resultados obtidos, por meio das análises neste cemitério, evidenciaram dois tipos de enterramentos: a cova rasa e a sepultura em monumento.⁷ A primeira, a mais frequente, demonstrou intencionalidade de enterramentos individuais. Já a segunda revelou intencionalidade de enterramento coletivo de membros de uma mesma família. A respeito da preservação de tais sepultamentos, identificamos que alguns jazigos já estavam em estado de degradação, tanto pela ação do tempo, como pelo vandalismo.

Acerca dos ornamentos funerários, identificamos que eles variavam no tamanho, cor e matéria-prima. As cruces, por exemplo, feitas em madeira, concreto e mármore, muitas já estavam parcialmente destruídas. Foi constatada também a ausência de um padrão nas identificações das sepulturas. Além disso, percebemos a presença de materiais, como flores e velas, de usos bastante recentes. Tais evidências comprovaram a continuidade dos enterramentos no cemitério que, apesar de ser dedicado aos naufragos, continuou a manter sua função que antecede o incidente de 1942, como um lugar onde a comunidade local enterra seus mortos.

Após a análise das sepulturas existentes, percebemos que nenhuma delas fazia referência aos enterramentos dos naufragos. A maioria possuía datação posterior à década de 1940, sendo muitas recentes. Contudo, convém destacar uma delas que, apesar de registrar um falecimento recente, se refere possivelmente ao enterramento de um ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, como mostra a Figura 4, "NAS. 16/11/1912, ANANIAS J. DOS STOS, FAL. 21/01/2006, EX COM". É importante dar ênfase a este enterramento porque ele é o único que condiz com a placa que está pregada numa grande cruz, localizada na parte central do cemitério, logo na entrada, e que possui a seguinte inscrição: "Os ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial que lutaram na Itália em 1942 a 8 de julho de 1948. Que as autoridades não esqueçam dos heróis que lutaram pela nossa pátria", como mostra a Figura 5.

Todavia, ao refletirmos sobre as informações presentes nesta única placa, percebemos que ela foi colocada de maneira equivocada neste cemitério, pois o mesmo não serviu para enterrar os militares brasileiros que foram combater na Itália. Além do equívoco na data, porque a guerra acabou em 1945 e não em 1948. Não considera o fato de este cemitério ter servido para enterrar as primeiras vítimas civis e militares em águas brasileiras durante a Segunda Grande Guerra. Ou seja, além da inexistência das evidências materiais que deveriam atestar a presença de sepulturas datadas de 1942, que possivelmente foram afetadas pela construção da estrada, a placa oficializa a falta de cuidado com o significado daquele espaço fúnebre por parte das autoridades locais e nacionais, que deveriam zelar pela salvaguarda da memória coletiva referente ao impacto daqueles episódios, considerados como estopins para a entrada do Brasil no conflito mundial.

A respeito do significado simbólico deste cemitério, pudemos constatar que a maioria das pessoas o desconhece. Até mesmo aquelas que tomam seus banhos de mar de frente a ele, reforçando a tese de que este é um espaço representativo da memória histórica, mas que acabou sendo esquecido. Talvez, esse desconhecimento seja pelo simples fato de não haver uma tradição de culto à memória dos mortos que foram vítimas de guerra (PIOVEZAN, 2014). Para Bellomo, “a associação de vivos e mortos raramente ultrapassa a terceira geração ascendente. O tempo enfraquece a memória, e a relação entre o antepassado e seus descendentes vai aos poucos desaparecendo. Poucos brasileiros sabem onde está o túmulo dos seus ascendentes além dos bisavós” (2008, p. 51). Por esta razão, a responsabilidade recai sobre as autoridades, as quais devem manter a memória viva, por mais dolorosa que possa ser. Lembrar-se de uma tragédia de guerra incentiva a paz.

Já o segundo cemitério, nomeado de “Monumento dos Náufragos”, pode ser considerado como uma espécie de extensão do primeiro, pois a sua construção na década de 1950 teve como finalidade abrigar os restos mortais que foram retirados do cemitério “original” devido à construção da rodovia já citada, a qual atravessou, em parte, o interior do cemitério, implicando na retirada dos restos mortais de parte das vítimas (ROSA, 2015).

De acordo com Porto (2013), no ano de 1971, houve uma solicitação de tom-

bamento do cemitério “original” feito pelo Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico. Entretanto, o órgão foi informado que, na época, os corpos das vítimas já não se encontravam mais no local, tendo sido deslocados para um monumento no Mosqueiro, durante o governo de Leandro Maciel (1955-1959), porém não foi encontrada nenhuma documentação que comprovasse tal traslado.

Em 1972, este segundo cemitério/monumento recebeu a atenção por parte das autoridades, sendo restaurado com recursos do Ministério da Marinha e do Governo Estadual – SUDOPE, e devido à sua importância e representatividade foi “elevado a Monumento Histórico através do Decreto Estadual de nº 2.571, em 20 de maio de 1973” (PORTO, 2013, p. 53).

Ele está situado na Rodovia dos Náufragos, no Bairro Mosqueiro, em Aracaju - SE. No entanto, o local não é de fácil acesso, pois se situa em uma rua sem saída, além de não ter placa indicativa sobre a sua localização. Ele é composto por uma estrutura monumental de mármore, localizada na parte central, que possui dez gavetas. Mas, de acordo com Cruz (2012), elas estão vazias. Segundo este autor trata-se apenas de um túmulo/monumento simbólico. Ademais, observamos que, além da construção em mármore, há também um mastro para hastear a Bandeira Nacional, uma âncora e uma cruz, símbolos que representam, respectivamente, a presença do Estado, da Marinha do Brasil e da morte.



Figuras 6 e 7 – Cemitério dos Náufragos localizado no Mosqueiro, Aracaju – SE. Placa referente aos naufragos. Fonte: Roberta Rosa, 2015

A estrutura deste equipamento cemiterial é organizada e se difere da estrutura do outro cemitério, onde, de fato, enteraram muitas vítimas. Ele possui muros altos, como mostra a Figura 6, um portão de ferro e um jardim ao redor da estrutura central, sendo o seu estilo, monumental. Segundo Ariès (1989), quando “os túmulos transformam-se em monumentos; os monumentos são forçados a serem túmulos” (1989, p. 598).

Junto às gavetas há uma placa com a seguinte inscrição: “Cemitério dos Naufragos dos navios mercantes Baependi, Araraquara e Aníbal Benévolo. ‘Aí está o golpe mais traiçoeiro e terrível vibrado contra o coração da nacionalidade’”, apresentada na Figura 7, que reforça o discurso da Historiografia Oficial da época dos torpedeamentos, reproduzido pelas autoridades do governo militar de 1970, época em que o monumento foi restaurado.

Embora a materialidade deste segundo cemitério condiga com a noção de um “Memorial”, construído para homenagear a memória dos que perderam a vida naquele episódio de guerra, mesmo sem estarem em combates. A ausência dos nomes das vítimas (mortas ou desaparecidas) chamou a nossa atenção, afinal, já que elas são supostamente a razão de ser deste Monumento, deveriam ser homenageadas tendo os seus nomes identificados.

Esta observação pode utilizar como exemplos o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, edificado na cidade do Rio de Janeiro, e o Monumento Votivo Militar Brasileiro construído na cidade de Pistoia, na Itália, para sepultar os brasileiros mortos durante o conflito mundial. Ambos os monumentos são representações materiais e simbólicas da guerra, os quais homenageiam as vítimas, identificando os seus nomes, ou seja, destacando a morte individual em detrimento da morte coletiva.

Ao comparar a questão da preservação de ambos, notamos que o cemitério monumental está em boas condições, mas a preservação do cemitério “original” é lamentável. Ele está esquecido pelas autoridades e é destruído a cada dia, tanto pela ação do tempo quanto pela ação humana. Urge ações que permitam uma retomada a esta memória coletiva que vem desaparecendo paulatinamente. Pois mesmo não representado por cruzeiros e placas que identifiquem essas sepulturas, aquele espaço localizado na beira do mar abriga em seu solo os restos mortais de homens, mulheres e crianças que morreram em decorrência de uma ação de guerra.

Recentemente fomos informados de que existe um projeto sendo desenvolvido pela Secretaria de Turismo do Estado de Sergipe com o objetivo de criar um memorial para homenagear as vítimas dos torpedeamentos, todavia, a obra não envolverá o cemitério, pois será construída no sentido contrário, rumo ao mar, em uma extensão de 14 quilômetros por meio de onze etapas.⁸ Em vista desta situação, os moradores da região se reuniram em assembleia em janeiro de 2020, e conforme José Firmo, presidente da Associação Desportiva, Cultural e Ambiental do Robalo (ADCAR), o objetivo da reunião foi encontrar soluções para que o cemitério seja preservado. Contudo, os moradores apresentaram uma crítica ao governo por elaborar o projeto sem a participação da comunidade local, que têm seus entes queridos enterrados no cemitério.⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de termos a pretensão de esgotarmos as probabilidades arqueológicas sobre o assunto, buscamos apenas lançar um olhar da Arqueologia sobre os remanescentes da cultura material referente a estes episódios, para sinalizar as várias possibilidades

de futuras pesquisas. É claro que se pudéssemos ter acesso aos restos dos navios naufragados, e mesmo aos biofatos presentes nos cemitérios, ou retirados durante a construção da rodovia, ou mesmo aos “malafogados”, poderíamos dissertar com afirmações mais significativas.

Mesmo assim, os pressupostos metodológicos da Arqueologia possibilitaram fazer uma análise documental, utilizando jornais, relatórios da perícia e fotografias da época bélica para posteriormente confrontar com os dados obtidos durante as realizações das pesquisas de campo, por meio das quais foi possível observar e comparar as estruturas dos dois Cemitérios dos Náufragos, com o intuito de identificar semelhanças e diferenças, bem como entender os significados simbólicos e a representatividade deles para a sociedade. Além disso, foi feita uma avaliação do tratamento que tem sido oferecido pelas autoridades e o reconhecimento concedido pela população.

A justificativa desse tipo de estudo arqueológico está relacionada ao grande potencial da cultura material em produzir conhecimento e se transformar em instrumento de informação e aprendizado sobre este período bélico tão marcante para a História local e nacional. Sendo assim, os resultados da pesquisa podem contribuir para diminuir as lacunas históricas, além de servir como meio de informação para a população que desconhece o real envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial, que teve seus reflexos chegados ao Brasil por meio do litoral sergipano, o qual serviu como uma espécie de “porta de entrada” para o conflito europeu.

Dessa maneira, os estudos arqueológicos dos episódios trágico-navais podem contribuir para a divulgação em busca de reconhecimento desse passado histórico recente, que não deve ser esquecido, principalmente, em respeito às centenas de civis e militares que perderam suas vidas como vítimas de guerra. Posto isto, é necessário evidenciar o papel importante dos(as) arqueólogos(as) como agentes sociais que devem agir no sentido de diminuir as distâncias entre as pessoas e o patrimônio arqueológico, sua ressignificação e a construção de memórias coletivas, pois, o estudo de Arqueologia deve ser público.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989, vol. I, p. 50-101.

BELARMINO, Manoel Luiz. As idas e vindas de um articulador: Nelson de Rubina nas mãos de seus julgadores. *Revista do Memorial*, nº 2, 2012, p. 65-93.

BELLOMO, Harry Rodrigues. *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte sociedade e ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2008, p. 278.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. “A guerra já chegou entre nós”! O cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942-1945). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 232, 2012.

_____. “A Guerra do Atlântico na Costa do Brasil”: rastros, restos e aura dos U-Boats no litoral de Sergipe e da Bahia (1942-1945). 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 255, 2017.

_____; ARAS, Lina Maria Brandão de. A Guerra submarina na costa sergipana (1942-1945). *Navigator*, vol.8, nº15, p. 85-100, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 126.

GAMA, Artur Oscar Saldanha da; MARTINS, Helio Leoncio. A Marinha na Segunda Guerra Mundial. In: *História Naval Brasileira*. Quinto Volume. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985, p. 472.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Noites de terror em mar e terra: o cotidiano em Aracaju (1942-1945). In: *Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial*. Org. Flávia de Sá Pedreira. 1. ed. São Paulo: LCTE Editora, 2019. p. 187-204.

MELLO, Janaina Cardoso de; CERQUEIRA, Rafael Santa Rosa. Do passado ao monumento: proposta de Arqueologia Histórica do Cemitério dos Náufragos - SE. *Revista Mnemosine*, vol.2, nº1, p. 75-86, 2011.

_____; Cemitério dos Náufragos: uma proposta de Arqueologia Histórica em Sergipe. *GET - Cadernos do Tempo Presente*, nº 9, p. 10, 2012.

MONTEIRO, Marcelo. *U-507 – O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial*. 2ª ed. Porto Alegre: Publicato, 2013, p. 344.

PIOVEZAN, Adriane. Morrer na Guerra: Instituições, Ritos e Devoções no Brasil (1944-1967). 2014. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas - Universidade Federal do Paraná, p. 298, 2014.

PORTO, Otávio Arruda. *Arqueologia Marítima / Subaquática da 2ª Guerra Mundial: sua aplicabilidade no Brasil*. 2013. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, p. 138, 2013.

RAMBELLI, Gilson. *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Maranta, 2002. v.1. p. 159.

_____. *Arqueologia Subaquática do Baixo Vale do Ribeira – SP*. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. *Arqueologia Subaquática em Cananeia*. 1.ed. Curitiba: Editora Prisma, 2016, 240p.

ROSA, Roberta da Silva. *Sergipe no contexto da Segunda Guerra Mundial (1942): uma abordagem da Arqueologia de Ambientes Aquáticos*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, p. 168, 2015.

NOTAS

¹ Correio de Aracaju. Aracaju-SE, 27 de novembro de 1943, p. 4.

² Apelação Criminal, nº 4/1943, cx., fls. 3,18 de agosto de 1942.

³ Arquivo Público do Estado de Sergipe. Doc. 55. Cadáveres nº 29, 31 e 28. Relatório de cadáveres dos torpedeamentos, agosto, 1942.

⁴ Luiz Antônio Barreto. A guerra e o amor ao mar de Sergipe. In: Pesquisa de Sergipe/Infonet. 2011. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=119242>. Acesso em: 23 mar. 2020.

⁵ Publicação do Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju-SE, 16 de setembro de 1942. s/p.

⁶ Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1942, p.1.

⁷ Conceito retirado da obra *O homem diante da morte*, de Philippe Ariès (1989).

⁸ Moradores reivindicam, mas prefeitura não erguerá cemitério no Robalo. 17/01/2020. In: Pesquisa-Pesquisa de Sergipe/Infonet. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/moradores-reivindicam-mas-prefeitura-nao-erguera-cemiterio-no-robalo/>. Acesso em: 5 abri. 2020.

⁹ *Jornal do Dia*. 17/1/2020. Moradores preocupados com destino do Cemitério dos Náufragos. In: Pesquisa de Sergipe/Jornaldodiase. Aracaju – SE, 2020. Disponível em: http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=45305&t=moradores-preocupados-com-destino-do-cemiterio-dos-naufragos. Acesso em: 5 abr. 2020.